



Renovação Carismática Católica
Brasil



Cartilha de Conscientização

ORGANIZAÇÃO:
EQUIPE NACIONAL DE FÉ E POLÍTICA

*Obra em PDF com direito restritos. O download ou impressão estão autorizados apenas para estudo pessoal ou em comunidade. Direitos de comercialização em formato impresso ou digital estão restritos à Editora RCCBRASIL.

Para aquisição da cartilha impressa, entrar em contato com a Editora.
www.editorarccbrasil.com.br

RCCBRASIL, Pelotas-RS, 03 de outubro de 2012



SUMÁRIO

Introdução	3
I – A política é boa ou ruim?.....	4
II – Os três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário	5
III – O papel da Igreja na política	5
IV – Processo eleitoral: perfil do candidato carismático, perfil do eleitor carismático, voto, corrupção	6
V – Acompanhamento pós-eleições.....	8
Conclusão	9
Para refletir.....	10
Referências.....	11

EQUIPE NACIONAL DO
MINISTÉRIO DE FÉ E POLÍTICA:
Arthur Menegardo Corona - ES
Fabiano Rosa - RJ
Márcia Magno - PR
Matheus Corassa da Silva - ES
Mousa Souza - ES
Renata Carminati Amarante - ES
Ruy Antônio Raimundo - MG
Sérgio C. Zavaris

REDAÇÃO FINAL:
Matheus Corassa da Silva - ES
Renata Carminati Amarante - ES
Ruy Antônio Raimundo - MG

INTRODUÇÃO

Olá amado(a) irmão(ã)! Paz e bem!

É com muita alegria que o Ministério de Fé e Política da Renovação Carismática Católica do Brasil se propõe a elaborar essa cartilha de conscientização para você, cidadão e filho amado de Deus! Em nossos encontros, fóruns e discussões, pudemos perceber a necessidade de levar uma formação mais adequada, e ao mesmo tempo mais simples, ao povo de Deus, que muitas vezes desconhece e/ou deixa de lado a política, dimensão importantíssima da vida de um cristão. Dessa forma, queremos, por meio deste trabalho, esclarecer diversas questões que vão desde o processo eleitoral até a participação da Igreja na política, passando pelo voto e pelos perfis do candidato e do eleitor. Mais do que nunca, a política deve ser entendida não apenas como um serviço à comunidade, mas também como um chamado do próprio Senhor.

Como seres políticos que somos, é comum somarmos, ao longo de nossa caminhada, novos conhecimentos e experiências e começarmos a levantar diversas questões que muitas vezes nos inquietam. Por exemplo: o que é a política? Para que serve a política? Porque tenho que votar? Porque há corrupção? Para que servem as eleições? O que a Igreja tem a ver com a política? O que cidadania tem a ver com política? Quanto vale meu voto?

Enfim, são muitos os questionamentos que surgem em nossa reflexão pessoal, e é com o intuito de compreendê-los que essa cartilha se coloca à disposição. Afinal, se é nosso objetivo alcançar a salvação e viver como "cidadãos do Paraíso" precisamos, em primeiro lugar, cumprir nossa missão: a de sermos bons cidadãos aqui na terra.

I - A política é boa ou ruim?

*“A **política**, em seu sentido mais amplo, visa o bem comum, no âmbito nacional (concordia interna) e no âmbito internacional (segurança externa); é uma forma de dar culto a Deus, mediante o serviço da coletividade, sendo sal e luz no mundo e, ao mesmo tempo, consagrando o mundo a Ele”.¹*

Podemos observar, por essa definição, que a política, em sua essência, é boa. A imagem de uma política suja, má e enganadora chega até nós e, diga-se de passagem, nos é mais clara, devido ao fato do sentido amplo da política ter sido corrompido.

No Brasil, é cada vez mais comum vermos casos de corrupção, de desvios de verbas públicas, dentre outros, diariamente nos noticiários. Isso ocorre, pois a “política” exercida por muitas pessoas em nosso país não tem tido como objetivo o bem comum, e sim um bem estar particular, privado. Quando chegamos a esse nível, dizemos que a política se transformou, infelizmente, em **politicagem**.

Para que a política promova o bem comum, isto é, “(...) o conjunto daquelas condições de vida social que permitem os grupos e cada um de seus membros atingirem de maneira mais completa e desembaraçadamente a própria perfeição (...)”², é necessário haver uma interação harmoniosa entre os três poderes que constituem a base da democracia. São eles: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.



¹ MINISTÉRIO DE FÉ E POLÍTICA. Fé & Política: noções gerais e propostas de estruturação do MFP nas dioceses do Brasil. Editora RCCBrasil, 2007. p. 27.

² Ibidem, p. 17.

II – Os três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário

Executivo: diz respeito às instâncias de poder que tomam decisões, mas também executam e aplicam as decisões do Legislativo. Quem exerce esse poder? Prefeitos, governadores e presidente da República.

Legislativo: é a instância de representação do povo, trabalhando na fiscalização do Executivo e na apresentação e votação de leis e projetos. Quem exerce esse poder? Vereadores, deputados estaduais e federais e senadores.

Judiciário: faz com que as leis sejam aplicadas e resolve os conflitos surgidos pelo não cumprimento e interpretação das mesmas. Quem exerce esse poder? Juízes, promotores, advogados e magistrados em geral.

Observação: Apenas os Poderes Executivo e Legislativo são exercidos por cidadãos eleitos pelo voto popular.

Muitas vezes nos questionamos se é adequada a participação da Igreja na vida política. Para sanarmos essa dúvida, devemos lembrar que em sua militância apostólica, a Igreja tem uma missão profética de evangelizar todos os meios, sejam eles públicos ou privados. Nesse sentido, não podemos promover uma separação entre fé e política, uma vez que uma completa a outra. Conforme o documento 67 da CNBB n. 2, a política é uma forma sublime de exercer a caridade. Já disse São Tiago em sua carta: “Assim também a fé: se não tiver obras, é morta em si mesma”³. Exemplo do que nos fala o apóstolo, é que a “Igreja venera entre os seus santos numerosos homens e mulheres que serviram a Deus por meio do seu generoso empenho nas atividades políticas e de governo. Entre eles, Santo Tomás Moro, proclamado Padroeiro dos Governantes e dos políticos”⁴.

III – O papel da Igreja na política

“A Igreja (...) sente como seu dever e direito estar presente neste campo da realidade: porque o cristianismo deve evangelizar a totalidade da existência humana, inclusive a dimensão política. Por isso, ela critica aqueles que tendem a reduzir o espaço de fé à vida pessoal ou familiar, excluindo a ordem profissional, econômica, social e política, como se o pecado, o amor, a oração e o perdão não tivessem importância aí”.⁵

³Tg 2, 17.

⁴ CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. Nota doutrinal. Sobre algumas questões relativas à participação dos católicos na vida política. São Paulo: Paulinas, 2003. p. 5.

⁵ MINISTÉRIO DE FÉ E POLÍTICA. Fé & Política: noções gerais e propostas de estruturação do MFP nas dioceses do Brasil. Editora RCCBrasil, 2007. p. 21

IV – Processo Eleitoral: perfil do candidato cristão, perfil do eleitor cristão, voto, corrupção

Um dos momentos mais importantes da vida política de uma determinada comunidade é o processo eleitoral, através do qual serão escolhidos cidadãos capazes de representar o povo em todas as instâncias de governo. Desse modo, traçaremos os perfis do candidato e do eleitor cristão, isto é, que vivenciam a identidade da Renovação Carismática Católica e estão em unidade com a Igreja.

a) Perfil e características do candidato carismático

- Honesto e que tenha a trajetória pessoal voltada aos interesses da coletividade;
- Pessoa de fé, caminhada e em consonância com a Igreja;
- Comprometido com as mudanças necessárias para a efetiva realização da justiça social no país;
- Competente e transparente com os serviços prestados às áreas administrativa e financeira;
- Defensor e promotor da vida e do convívio humano;
- Defensor do bem comum;
- Promotor da inclusão social;
- Coerente em relação ao seu discurso e testemunho de vida cristã;
- Comprometido com a causa dos mais necessitados e com as lutas de seu povo;
- Comportamento público que inspire confiança e credibilidade.



b) Perfil e características do eleitor cristão

- Pessoa de oração, intimidade com Deus e que se deixa guiar pela ação do Espírito Santo, buscando o devido discernimento na escolha de seus candidatos;
- Está em unidade com a Igreja e com as lideranças do movimento;
- Conhecedor da realidade política e social que vivencia;
- Possuidor de senso crítico;
- Consciente: não vende nem troca o voto, muito menos se omite;
- Vota por convicção e não por estatísticas;

c) Voto

O voto deve ser consciente e responsável, isto é:

- Votar por convicção e não ser influenciado apenas pelo que apresentam a mídia e as pesquisas eleitorais;
- Ter como finalidade o bem comum e não somente o benefício próprio;
- Não usar como critério apenas amizade e parentesco;
- Não votar nulo ou em branco, transferindo a responsabilidade da decisão para outros.

O voto consciente e responsável é sempre um ganho para a democracia, independentemente de o candidato votado vencer ou não. Lembre-se: voto não tem preço, tem consequências! Cada povo tem o político que elege!



d) Corrupção

“Corrupção significa a progressiva desintegração de um ser, mediante a ação de fatores internos e externos tendentes à sua destruição total”.⁶

Sabemos que a corrupção faz parte de uma triste realidade vivida pela sociedade brasileira. As denúncias quase que diárias de corrupção nos chateiam e acabam por minar o pouco de esperança que ainda temos na política, sobretudo em anos eleitorais, quando vemos um aumento considerável destes casos. E é aí que nos questionamos: para que votar, se todos são corruptos?! Será que realmente **TODOS** são corruptos? Generalizar não é injusto?

A corrupção administrativa, por exemplo, é o aproveitamento de cargos públicos para a satisfação de interesses pessoais, normalmente relacionados a vantagens financeiras, ou a tentativa de subornar a autoridade, com o mesmo objetivo. Muitas vezes, apontamos os erros de nossos irmãos, mas não reconhecemos os nossos próprios erros. Na maioria das vezes, políticos corruptos são frutos de uma sociedade civil também corrompida em seus valores morais e éticos.

A pior forma de fazer política é não querer saber dela. Quando somos indiferentes, permitimos que outros decidam por nós e, conseqüentemente, que a corrupção se difunda.

“Tudo que o mal precisa para triunfar é que os homens de bem não façam nada” (EDMUND BURKE).

“A Igreja pode contribuir eficazmente para extirpar esse mal da sociedade civil com uma maior presença de leigos cristãos qualificados que, por sua educação familiar, escolar e paroquial, promovam a prática de valores como a verdade, a honestidade, a laboriosidade e o serviço do bem comum”.⁷

Atenção! A lei 9840 diz que **“é proibido a qualquer candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública”**.

⁶ Ibidem, p. 41.

⁷ Ibidem, p. 40-41.

V – Acompanhamento pós-eleições

Nosso compromisso político não se limita à eleição de candidatos. Depois das eleições, devemos:

- Acompanhar atentamente o trabalho realizado pelo político eleito;
- Verificar se está cumprindo o programa com o qual se dizia comprometido na campanha eleitoral;
- Se está exercendo de forma responsável o mandato recebido;
- Se está trabalhando junto aos cidadãos para a realização do bem comum.

As eleições exercitam, mas não esgotam a vivência política. Procure conhecer e participar de Conselhos (educação, saúde, tutelar, etc.), Grupos de Acompanhamento ao Legislativo (GAL's), movimentos populares, associações de moradores e outras entidades de cunho popular que vivenciem um caráter político.

O bem comum precisa ser conquistado com empenho e responsabilidade política.

CONCLUSÃO

Há cerca de 2000 mil anos, por ocasião do advento da encarnação de Nosso Senhor Jesus Cristo, a Palestina era dominada politicamente pelos romanos, que oprimiam o seu povo. Muitos acreditavam que Jesus era apenas um libertador político, mas Ele disse: *“meu Reino não é deste mundo”* (Jo 18, 36a). A libertação trazida por Jesus é do homem como um todo, principalmente do pecado. As mudanças políticas são consequências disso.

Na Renovação Carismática Católica, temos a graça de vivenciar o batismo no Espírito Santo e o Senhorio de Jesus, que trazem para as nossas vidas uma dimensão mais profunda da libertação salvadora de Cristo. Experimentando isso, tomamos consciência das mudanças que precisam ser realizadas em nossa sociedade, e nos comprometemos a assumir uma participação política efetiva, coerentes com os ideais de um País comprometido com a dignidade humana e a vida.

“Eu vim para que as ovelhas tenham vida, e para que a tenham em abundância” (Jo 10, 10b), disse Jesus, o bom pastor.

Se o caminho da participação é consciente e o voto responsável, os cristãos e todos os cidadãos contribuirão para construir um País solidário, justo e democrático. **VOCÊ é importante nesse processo político!**



Para refletir

Você joga lixo no chão ou mantém sua cidade limpa?

Você cumpre a lei ou a burla para não gastar dinheiro?

Você fura fila ou dá a vez ao outro?

Você vota por convicção ou para "não perder o voto"?

Você vê o mundo da política como um "caso perdido" ou como um campo de missão?

Seu discurso é coerente com suas ações?

Você é honesto sempre ou os "fins justificam os meios"?

As denúncias de corrupção são fatos políticos positivos?

Você denunciaria esquemas de corrupção?

Fé e Política se misturam, se separam ou se completam?

Que papel tem um cristão católico carismático no cenário político brasileiro?

Diante de tudo isso, você acha o papel do Ministério de Fé e Política da Renovação Carismática Católica importante ou dispensável?

REFERÊNCIAS

ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. Organizando grupos de Fé e Política. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos Sociopolíticos – PUC Minas, s/d.

ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. Eleições, para que servem? Cartilha para as eleições de 2004. Maceió, 2004.

ARQUIDIOCESE DE VITÓRIA. Vota cidadão. Política: forma sublime de exercer a caridade. Cartilha para as eleições de 2002. Vitória, 2002.

BÍBLIA SAGRADA. Português. 175ª edição. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2007.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA – CATEC. 9ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. Nota doutrinal. Sobre algumas questões relativas à participação dos católicos na vida política. São Paulo: Paulinas, 2003.

MINISTÉRIO DE FÉ E POLÍTICA. Fé & Política: noções gerais e propostas de estruturação do MFP nas dioceses do Brasil. Editora RCCBrasil, 2007.



Renovação Carismática Católica
Brasil

WWW.RCCBRASIL.ORG.BR